

AUTORIDADE OU AUTORITARISMO NA PRÁTICA DOCENTE: ALGUNS PONTOS PARA REFLEXÃO

Débora Grazziotin Finger Rizzardi*
Mary Bortolanza Spessatto*

Resumo: O professor como mediador. Este é o ideal das propostas de ensino que visam não apenas a transmissão, mas a construção de conhecimento. Entretanto, os educadores muitas vezes se deparam com a resistência da comunidade discente em assumir o compromisso com o processo ensino-aprendizagem. Este artigo levanta alguns pontos para discussão a respeito da temática.

Palavras-chave: Educação, mediação, resistência.

*Professoras do Centro de Ciências da Comunicação e Artes da UNOCHAPECÓ. Débora Grazziotin Finger Rizzardi, e-mail: deborazz@unochapeco.rct-sc.br. Mary Bortolanza Spessatto. E-mail: mbs@unochapeco.rct-sc.br

Introdução

A busca por transformações no exercício da atividade docente tem sido a meta de educadores de diferentes níveis e áreas de atuação. Os próprios documentos oficiais que norteiam o ensino, como, no caso, a Proposta Curricular de Santa Catarina, têm como concepção as propostas sociointeracionais, que têm em Vygotsky a principal referência. Diante de propostas com esse amparo teórico, a atividade docente deixa de ser um processo unilateral, tendo o professor como centro do processo, para que o mesmo assuma o papel de mediador.

Sabe-se que há resistências de profissionais da educação ainda ligados a padrões e referências conservadoras de ensino, mas não há como negar os avanços alcançados na busca de um processo de ensino-aprendizagem mais democrático.

A proposta deste artigo é fazer uma reflexão sobre o modo como esse processo de mudança no ensino (historicamente novo, já que avanços nas propostas tradicionais começaram a se expandir no Brasil por volta da década de 1980, com o período de redemocratização) tem sido recebido pela comunidade discente. A reflexão está ancorada em manifestações de acadêmicos de um curso de graduação da Unochapecó que, ao contrário das expectativas do corpo docente, revelam a vontade de terem professores “mais autoritários em sala de aula”. A partir de afirmações como esta, iniciamos este artigo com alguns questionamentos: por que a necessidade manifestada por estudantes de graduação em ter professores autoritários controlando o processo ensino-aprendizagem? Quais os fatores que provocam esse tipo de reação, contrária a qualquer proposta interacionista de educação? Há fatores externos à sala de aula, como as relações familiares ou o contato intenso com a mídia (por definição apenas repassadora de informações, sem exigência de ação por parte do sujeito-interlocutor) estimulando esse tipo de expectativa por parte dos alunos?

Mais do que encontrar respostas, esse artigo tem como meta estimular a reflexão por parte dos docentes para estas questões.

A atividade docente e seus conflitos

O exercício da docência constitui-se num processo de construção de conhecimento, de aprendizagem, que não pode ser visto de forma isolada das relações interpessoais que ocorrem na sociedade e na contemporaneidade. No caso específico da graduação, foco deste artigo, todo o processo de ensino visa transmitir conhecimentos que permitam ao egresso construir sua prática profissional aliada ao seu comprometimento como cidadão, na verdadeira acepção do termo – um indivíduo comprometido não só com o que faz, mas com o meio no qual vive e atua, com os outros e não apenas consigo mesmo.

Gonzáles (1995 *apud* FRAZZON, 2000, p. 29) encara a aprendizagem como um processo de construção no qual o indivíduo aprende não apenas conhecimentos científicos, mas valores e atitudes que se manifestam nos mais diversos processos de interação social, em um meio sócio-histórico concreto. O autor ressalta que esse processo depende do nível de conhecimento que tem o sujeito cognoscente. Suas atitudes, estado de ânimo e valores são fundamentais para a receptividade das ações docentes dentro dessa perspectiva.

As afirmações de Gonzáles amparam a perspectiva que se coloca em discussão nesse artigo. Isso porque, embora uma nova proposta pedagógica tire o foco do processo ensino-aprendizagem do professor para centrá-lo no aluno, o processo não alcançará os resultados propostos se não encontrar neste o estímulo para tal. Algumas atitudes de descomprometimento dos alunos de graduação em relação, tanto às propostas de ensino, quanto à formação cidadã, têm gerado constantes conflitos em nosso exercício profissional. Parte-se do princípio de que, por já estar em um curso superior, o aluno deve considerar-se mais responsável, participativo em relação à sua própria formação, à qual está associado o seu futuro e sua contribuição para com a sociedade.

Não é possível esquecer o fato de que os acontecimentos da sala de aula são também reflexos do contexto social. Professores e alunos trazem para o espaço escolar suas experiências, as atitudes estabelecidas pelo seu grupo. Ao refletir sobre as dificuldades para a democracia no Brasil, Marilena Chaui (2000) afirma que há deficiên-

cias na interpretação dos conceitos de democracia e autoritarismo. Ao contrário da compreensão do que esses conceitos sejam na sociedade, eles estão, equivocadamente, apenas relacionados a formas de governo: democrática é a sociedade que tem eleições para escolha dos dirigentes e autoritário é um regime militar, não há escolhas por parte do povo.

A visão simplista desses conceitos faz com que as pessoas não percebam as relações de autoritarismo que se estabelecem de forma dissimulada em uma sociedade dividida por classes, como a nossa. Chaui reforça essa realidade ao elencar os fatores que evidenciam a presença do autoritarismo na sociedade brasileira:

Nossa sociedade é autoritária porque é hierárquica, pois divide as pessoas, em qualquer circunstância, e inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. Não há percepção nem prática da igualdade como um direito. Nossa sociedade também é autoritária porque é violenta (nos termos em que, no estudo da ética, definimos a violência): nela vigoram racismo, machismo, discriminação religiosa e de classe social, desigualdades econômicas das maiores do mundo, exclusões culturais e políticas. Não há percepção nem prática do direito à liberdade (CHAUÍ, 2000, p. 7).

Na perspectiva colocada por Chaui, pode-se voltar a reflexão para o quanto os resquícios de autoritarismo incutem-se no inconsciente coletivo da sociedade na qual vivemos. Ao mesmo tempo em que aclama o regime democrático em que vive, o cidadão brasileiro sofre a discriminação pela condição social, sexo ou cor da pele, embora nem sempre a perceba ou admita. Regra geral, todos acreditam viver democraticamente, protegidos pelos “direitos iguais” expressos na Constituição.

E enquanto deixa que seu destino seja conduzido pelos padrões hierárquicos da sociedade, o indivíduo também passa, inconscientemente, a ser guiado por padrões definidos pelos meios de comunicação, hoje forte interferência nos valores e atitudes nacionais. Mais uma vez, considera que a escolha é democrática, sem prestar atenção ao quanto há de direcionamento na forma como as informações são apresentadas, em qualquer programa ou veículo.

Afunilando a reflexão para o assunto em foco, podemos levantar a seguinte questão: se o indivíduo não exerce inteiramente seu papel de cidadão, com direitos, mas também com responsabilidade sobre a própria sociedade, como vai assumir o papel de participante no processo de construção do conhecimento? A pergunta vem com o propósito de refletirmos quanto aos nossos já citados conflitos em relação ao comprometimento dos estudantes de graduação com o processo ensino-aprendizagem.

Exemplificamos anteriormente as manifestações de acadêmicos. Indagados sobre o processo pedagógico, os acadêmicos apontaram a “falta de autoritarismo” em sala de aula. Como Paulo Freire afirma que “não se pode ler o texto sem entender o contexto”, traduzimos essa exigência dos acadêmicos como um reflexo das condições as quais foram expostos pelo meio social no qual estão inseridos. Eles estão acostumados – por condições discutidas anteriormente, e por outras que nem chegamos a abordar, à recepção da informação pronta e acabada, e não com a exigência de interação, buscando o conhecimento através da pesquisa e não da simples transmissão pelo professor.

Masetto (2001, p. 84) destaca que os alunos devem aprender a iniciação à pesquisa, buscar desenvolver habilidades e conhecimentos através da investigação e do espírito crítico, e finalmente socializar essas informações como forma de possíveis respostas para problemas existentes. Nesta perspectiva, o autor reforça que o empenho dos alunos ou aprendizes é extremamente necessário para que se estabeleçam relações satisfatórias no processo de ensino-aprendizagem.

Concordamos com o que coloca Masetto (2001). Nossa reflexão vem no sentido de associar o contexto social contemporâneo com o comportamento do estudante universitário de hoje. A relação entre aluno e professor não deve ser uma mera reprodução do sistema já imposto. Uma comunicação de mão única, onde o professor fala e o aluno escuta. Onde o estudante não se compromete em ir além, investigar ou encontrar caminhos para respostas que poderão contribuir para seu futuro profissional.

O discurso pedagógico

Um executor que dá as ordens, que comanda sem preocupações com interlocutores, para quem o sujeito passa a ser simplesmente um instrumento de comando. É assim que Orlandi (1987, p. 15) caracteriza o discurso autoritário. É essa a expectativa dos estudantes?

Não é essa a proposta que Orlandi (1987), ao analisar a linguagem e as ações em sala de aula, considera como a mais eficiente. Ao contrário, a autora afirma a existência de um discurso autoritário, mas aponta alternativas para uma **evolução** (grifo utilizado para salientar que o fim do autoritarismo é um avanço, diferente das expectativas dos estudantes, já mencionadas). Entre as propostas de Orlandi estão o que ela define como discurso **lúdico** e discurso **polêmico**. Ao contrário do discurso autoritário, as outras duas formas assumem a polissemia, considerando a relação entre o homem e o mundo, e não apenas a ação do professor enquanto executor, autor do processo.

Considerações finais

A breve reflexão aqui lançada nos obriga a apresentar alguns pontos de vista: o primeiro é o de que os estudantes chegam à universidade acostumados com a recepção de informações e tarefas, em detrimento da busca pelo conhecimento. Essa condição faz com que os discentes apresentem algumas resistências a propostas que exijam uma interação maior no processo ensino-aprendizagem. Há que se considerar também a fragilidade dos mesmos, reflexo de um modo de organização social que não estimula o raciocínio e a crítica de idéias.

Em segundo lugar, é preciso considerar também a possibilidade de que exista uma interpretação equivocada do que seja uma ação autoritária em sala de aula. O que parece, empiricamente, é que os alunos acreditam que a aula autoritária seria o modelo ideal para a aquisição do conhecimento. Assim, estariam “assimilando” informações e estratégias suficientes para a formação científica e profissional. Uma visão, em nossa opinião, extremamente equivocada. Uma série de pesquisas indicam o papel do professor universitário como o de estimular a pesquisa, desta forma construindo o verdadeiro conhecimento (MASETTO, 2001).

É importante ressaltar mais uma vez que as colocações feitas aqui referem-se a algumas manifestações de acadêmicos. Não são, por isso, generalizadas. Sabemos que há avanços nesse processo, dentro da universidade e que são referências para o exercício da atividade docente. Entretanto, também de acordo com colocações já feitas, esse texto serve para uma reflexão sobre a prática e as resistências a ela impostas por um modelo de sociedade que pouco contribui com a formação de cidadãos críticos.

A ação pedagógica comprometida com uma formação científica e crítica vale a pena. Refletir sobre as rupturas ainda necessárias nos levam a esta consideração e nos mostram a necessidade de que os próprios educadores tenham uma postura comprometida, discutam e fortaleçam a sua prática, possibilitando subsídios para que o aluno inverta sua expectativa quanto a uma atitude docente autoritária. Uma questão que merece aprofundamento em outros trabalhos. Afinal, é no espaço de conflito que se consolidam as mudanças.

Referências

CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia. **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. São Paulo: Papyrus, 2001.

CHAUI, Marilena. Dificuldades para a democracia no Brasil. **Caderno Temático** n. 4. Constituinte Escolar. Porto Alegre: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2000.

FRAZZON, Lúcia. O processo ensino-aprendizagem e o papel da atividade no enfoque histórico-cultural. **Revista Roteiro**. vol. XXIII, n. 43, Joaçaba-SC, jan./jun. 2000, p. 27-44.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MASETTO, Marcos. Atividades pedagógicas no cotidiano da sala de aula universitária: reflexões e sugestões práticas. In: **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. São Paulo: Papyrus, 2001.

ORLANDI, Eni. **A Linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Pontes, 1987.

Abstract: The professor as mediating. This is the ideal of the education proposals that aim not only the transmission, but the construction of knowledge. However, the educators many times come across with the resistance of the learning community in assuming the commitment with the teach-learning process. This article raises some points for quarrel about the thematic.

KeyWords: Education, mediation, resistance.

Recebido: 14/09/2002

Aceito: 19/11/2002